

*Coordenação Geral*  
Ir. Elvira Milani

*Coordenação Editorial*  
Ir. Jacinta Turolo Garcia

*Coordenação Executiva*  
Luzia Bianchi

*Comitê Editorial Acadêmico*  
Ir. Elvira Milani – *Presidente*  
Glória Maria Palma  
Ir. Jacinta Turolo Garcia  
José Jobson de Andrade Arruda  
Marcos Virmond  
Maria Arminda do Nascimento Arruda

Daniel  
18 copias

4H



# Terra, trabalho e poder

## O mundo dos engenhos no Nordeste colonial

Vera Ferlini

SBD-FFLCH-USP



324780

**EDUSC**

Editora da Universidade do Sagrado Coração

## CONJUNTURAS COLONIAIS E ECONOMIA AÇUCAREIRA

A história é uma só  
que os rios sabem dizer:  
a história dos engenhos  
com seus fogos a morrer.

.....  
Antes foram engenhos  
agora são imensos partidos.  
Antes foram engenho  
com suas caldeiras vivas

*João Cabral de Melo Neto*

### UM SÉCULO DE PROSPERIDADE

A expansão marítima comercial ibérica nos anos quinhentos fundamentou um século de prosperidade. Instituiu o mercado mundial e permitiu a aceleração da acumulação primitiva de capitais. Portugal, que já desenvolvera a lavoura canavieira desde o início do século 15 nas ilhas do Atlântico, a partir da

segunda metade do século 16 orientou a colonização do Brasil para a produção açucareira.<sup>1</sup> O açúcar expandia seus mercados. Instalada sua produção inicialmente na Madeira (que em 1454 produzia 6.000 arrobas anuais), ao final dos quatrocentos a exportação atingia 120.000 arrobas, estabilizando-se, no início do século 16, em torno de 200.000 arrobas. Produto de consumo crescente, sem dúvida a gênese do Atlântico português esteve ligada ao que Braudel denominou "a dinâmica do açúcar"<sup>2</sup>

O desenvolvimento da lavoura canavieira no Brasil, paralelamente ao decréscimo da rentabilidade do comércio português de especiarias, permitiu que se mantivesse a tendência secular positiva, até pelo menos 1650, nos domínios portugueses. Se em 1537 atribuíam-se ao trato da Índia toda a riqueza do Império, ao final do século as chegadas de especiarias e drogas a Lisboa estavam reduzidas de 75.000 para 10.000 quintais ao ano.<sup>3</sup>

A proteção oficial foi, certamente, poderoso estímulo à rápida evolução da produção açucareira no Brasil, entre 1550 e 1600. Sucederam-se os incentivos governamentais, permissores da utilização da mão-de-obra indígena (pelo menos até 1618),

1 Cf. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961. p. 13-17. Ver GODINHO, Vitorino de Magalhães. *Os descobrimentos e economia mundial*. Lisboa: Arcádia, 1965, e MAURO, Frédéric. *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII<sup>e</sup> siècle (1570-1670)*. Paris: Fondation Calouste Gulbekian, 1983; RAU, Virginia; Macedo, Jorge B. *O açúcar na madeira nos fins do século XV*. Lisboa: [s.n.], 1962. DEERR, Noel. *The History of Sugar*. London: Chapman and Hall, 1949.

2 Cf. GODINHO, Vitorino de Magalhães. Portugal, as froças do açúcar e do ouro, 1670-1770. *Revista de História*. São Paulo: 15, p. 427, 1953.

3 Cf. GODINHO, Vitorino de Magalhães. Verbete "especiarias". In: SERRÃO, Joel (Coord.). *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963. 4. v. ver ainda DISNEY, A. R. *A decadência do império da pimenta*. Lisboa: Edições 70, 1981. Trad. port.; AZEVEDO, J. Lúcio de. A Índia e o ciclo da pimenta. In: \_\_\_\_\_. *Época de Portugal econômico*. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1973. p. 87-164.

favoráveis às isenções tributárias, às franquias de transporte e à flexibilidade dos preços.<sup>4</sup>

O crescimento da produção foi realmente rápido, estimável pelo número de engenhos. Em 1570, Gandavo citava a existência de 60 unidades (55 no Nordeste).<sup>5</sup> O padre Fernão Cardim computou 115 moendas, sendo 66 em Pernambuco e 36 na Bahia.<sup>6</sup> Segundo Diogo de Campos Moreno, em 1612 o total de engenhos chegava a 192, encontrando-se 170 no litoral nordestino.<sup>7</sup> E às vésperas da invasão holandesa em Pernambuco, 346 engenhos moíam cana no Brasil.<sup>8</sup>

Não podemos avaliar o total da produção brasileira nesse período, mas temos algumas estimativas. Em 1591, 63 engenhos de Pernambuco produziam 378.000 arrobas, e na Bahia, em 1610, calcula-se que o mesmo número de moendas gerasse 300.000 arrobas.<sup>9</sup> A época da invasão holandesa na Ba-

4 Cf. PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo*. 2. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1982. Ver Carta Régia de 18 de junho de 1541 de privilégios para refinaria de açúcar; Alvará de 20 de julho de 1551 de isenção dos tributos sobre o açúcar; Alvará de 23 julho de 1555 sobre isenção de tributos do açúcar; Alvará de 29 de março de 1559 sobre resgate e importação de escravos pelos senhores de engenho; Alvará de 16 de março de 1560, de isenção sobre os tributos do açúcar em *Documentos para a História do Açúcar*. Rio de Janeiro: Instituto do açúcar e do álcool, 1956. Ver ainda, Requerimento dos contratadores da Alfândega do Reino, que pedem facilidades no comércio do Brasil (Lisboa, 13 de outubro de 1599; AHU, Bahia, caixas avulsas, Catálogo Luíza da Fonseca, 1).

5 Cf. GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. p. 25-40.

6 Pe. CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil (1583-1590)*. 3. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1978. p. 171-223.

7 Cf. MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá Reção do Estado do Brasil*. Recife: Arquivo Estadual de Pernambuco, 1955.

8 Cf. Descripción de la Provincia del Brasil. In: MAURO Frédéric (Ed.). *Le Brésil au XVII<sup>e</sup> Siècle*. Coimbra: [s.n.], 1963. p. 167-191.

9 Cf. Arrendamento dos dízimos de D. Diogo de Meneses, ABNRI, 57, p. 40-41, 1935.

hia (1624), cerca de 300 engenhos no Brasil geravam por volta de 960.000 arrobas.<sup>10</sup>

Por sua vez, os preços computáveis entre 1550 e 1620 mostram franca tendência ascensional, incentivando o incremento da produção.<sup>11</sup> E mesmo se, a partir de 1611, notamos declínio dos preços de açúcar branco na Bahia, a tendência geral continuava em ascensão. Em 1614, Manuel Rodrigues Sanches, contratador de dízimos da Bahia, queixava-se haver perdido dinheiro com a baixa do açúcar e pedia licença para executar as dívidas, sem que os devedores pudessem se valer das isenções.<sup>12</sup> O provedor-mor do Brasil, Pedro de Gouveia de Melo, informava em 1618, a El-Rei, sobre os muitos engenhos em leilão ou para arrendamento e das dificuldades em encontrar quem os quisesse tocar.<sup>13</sup> Em 1620,

QUADRO 1 – Bahia (1550-1620) – Preço do açúcar branco.

Safra	Réis/arroba	Índice	Safra	Réis/arroba	Índice
1550	480	100	1597	1092	227
1552	480	100	1607	1100	237
1572	540	112	1608	1083	229
1576	756	157	1611	1287	225
1578	1056	220	1613	1147	268
1584	960	200	1614	1000	208
1592	960	200	1620	955	199
1596	1038	216			

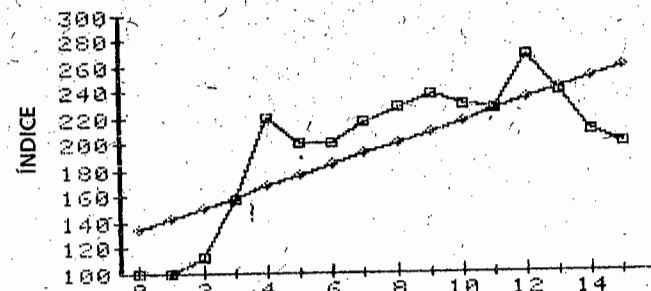
10 Cf. SCHWARTZ, Stuart. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society (Bahia – 1550-1835)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 165.

11 Receitas do açúcar do Engenho Sergipe (1607); Rol dos açúcares que Cristóvão Barroso vendeu no Brasil; Rascunho de um levantamento feito por Cristóvão Barroso, ANTT, Cartório Jesuítico, maços 15, 15; 17, 10 e 17, 11.

12 AHU, Bahia, Papéis Avulsos, Catálogo Luíza da Fonseca, n. 172, 26 de junho de 1614.

13 AHU, Bahia, Papéis Avulsos, Catálogo Luíza da Fonseca, n. 185, 6 de agosto de 1618.

GRÁFICO 1 – Bahia – Preço do açúcar (1550-1620).



Fonte: SCHWARTZ, Stuart. The Estimated Price of White Sugar at the Mill in Bahia. In: \_\_\_\_\_ *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society (Bahia – 1550-1835)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 498-499.

ainda, uma grande seca provocava diminuição da produção e da qualidade do açúcar.<sup>14</sup> Até 1650, entretanto, o quadro geral seria positivo.

Mas, à continuidade ininterrupta de desenvolvimento que caracterizou o século 16, seguiu-se um século de ritmos desiguais.<sup>15</sup> Para Eric Hobsbawm, o século 17 teria gerado um novo colonialismo, marcado acentuadamente pela expansão da produção, objetivando o aumento do consumo de açúcar na Europa (pela baixa de preços) e do mercado colonial (as colônias transformavam-se em compradores dos produtos metropolitanos). Essa fórmula teria sido magistralmente executada pela Inglaterra. As outras potências européias teriam persistido

14 AHU, Bahia, Papéis Avulsos, Catálogo Luíza da Fonseca, n. 206, 16 de janeiro de 1620.

15 Cf. ROMANO, Ruggiero. Tra XVI e XVII Secolo. Una Crisi Economica: 1619-1622. *Revista Storica Italiana*, Roma, 3, p. 480-531, 1962; WALLERSTEIN, Immanuel. Y-a-t-il une Crise du XVII<sup>e</sup> Siècle? *Annales*, Paris, v. 34, n. 1, p. 126-244, janv./fevr. 1979.

no velho sistema mercantil e não teriam auferido as vantagens do colonialismo.<sup>16</sup>

A análise mais detalhada da conjuntura evidencia situação diversa. Os dados relativos ao Engenho Sergipe do Conde, para o período 1622-1653, mostram a cristalização do antigo sistema colonial. Justamente no limiar de uma conjuntura negativa, a política mercantilista de Portugal consolidava-se, disseminava-se o escravismo e assegurava-se a continuidade da exploração.<sup>17</sup>

Na primeira metade do século 17 o açúcar se mantivera como principal produto da economia brasileira, dominando, quase absolutamente, as exportações coloniais. O compasso de euforia criado pelos incentivos do início da colonização manteve-se até a década de 1610, mais ou menos. A partir de 1619-1622, a tendência secular sofreu alterações, mas a inflexão negativa da conjuntura açucareira só se daria, realmente, após 1650.<sup>18</sup>

Mesmo dentro de um século de baixa, o açúcar brasileiro conseguia manter seu ritmo de produção e seus preços razoavelmente estáveis, até a segunda metade do século. E apesar de desde a invasão holandesa na Bahia poderemos perceber oscilações curtas de conjuntura, com frequência dantes desconhecida, a tendência, na primeira metade do 17, foi positiva.<sup>19</sup>

Observando-se a evolução do preço do açúcar branco, de acordo com os dados do Engenho Sergipe do Conde, de 1620 a

16 HOBBSAWM, Eric J. La Crisis General de la Economía Europea en el Siglo XVIII. In: \_\_\_\_\_. *En Torno a los Orígenes de la Revolución Industrial*. 4. ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974. p. 30. Trad. esp.

17 FERLINI, Vera Lucia Amaral. *O engenho Sergipe do Conde. Bahia, 1622-1653, contar, constatar, questionar*. 1980. Dissertação (Mestrado)-FFLCH/USP, São Paulo, 1980. Mimeografado.

18 Cf. ROMANO, Ruggiero. Tra XVI e XVII Secollo. Una Crisi Economica: 1619-1622. *Revista Stórica Italiana*, Roma, 3, p. 496, 1962.

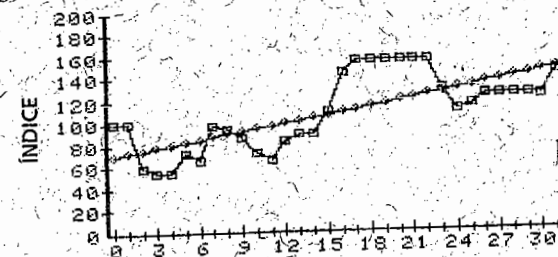
19 FERLINI, Vera Lucia Amaral. *O engenho Sergipe do Conde. Bahia, 1622-1653, contar, constatar, questionar*. 1980. Dissertação (Mestrado)-FFLCH/USP, São Paulo, 1980. Mimeografado. p. 9-23.

1651 notamos, inicialmente, um declínio dos índices, mas com a tendência geral do período mantendo-se em alta relativa (ver Gráfico 2).

QUADRO 2 – Bahia (1620-1651) – Preço do açúcar branco.

Safra	Réis/arroba	Índice	Safra	Réis/arroba	Índice
1620	955	100	1636	1376	144
1621	955	100	1637	1470	154
1622	556	58	1638	1470	154
1623	518	54	1639	1470	154
1624	518	54	1640	1470	154
1625	675	71	1641	1470	154
1626	619	65	1642	1470	154
1627	930	97	1643	1217	127
1628	896	94	1644	1055	110
1629	810	85	1645	1093	114
1630	674	71	1646	1163	122
1631	618	65	1647	1163	122
1632	780	82	1648	1163	122
1633	851	89	1649	1163	122
1634	852	89	1650	1152	121
1635	1042	109	1651	1350	141

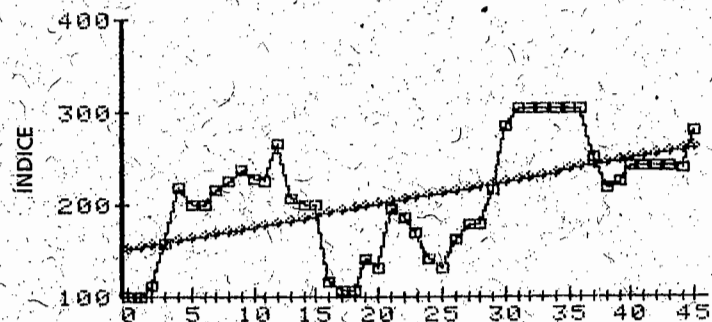
GRÁFICO 2 – Bahia – Preço do açúcar (1620-1651).



Fonte: FERLINI, Vera Lucia Amaral. *O engenho Sergipe do Conde. Bahia, 1622-1653, contar, constatar, questionar*. 1980. Dissertação (Mestrado)-FFLCH/USP, São Paulo, 1980. p. 223. Mimeografado.

Comparando a situação observada no Gráfico 2 com a evolução dos preços de 1550 a 1650, teríamos o quadro apresentado no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – Bahia – Preço do açúcar (1550-1651).



A queda geral dos preços, entre 1622 e 1634, ligou-se, essencialmente, à conjuntura de guerras européias e ao incremento da produção global do Brasil.<sup>20</sup>

Tomando-se por base o preço do açúcar branco em 1620, a evolução dos preços até 1634 apresentou-se conforme demonstrado no Gráfico 4.

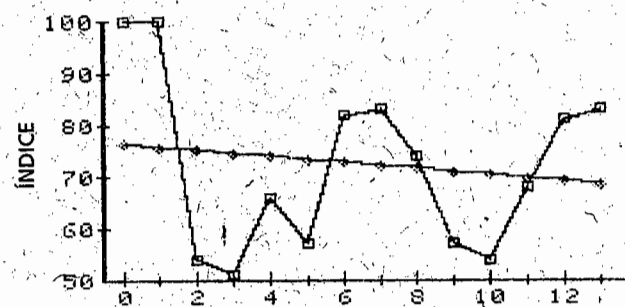
QUADRO 3 – Bahia (1620-1634) – Preço do açúcar branco.

Safra	Réis/arroba	Índice	Safra	Réis/arroba	Índice
1620	955	100	1628	792	83
1621	955	100	1629	703	74
1622	513	54	1630	542	57
1623	488	51	1631	521	54
1625	629	66	1632	653	68
1626	544	57	1633	774	81
1627	782	82	1634	791	83

Fonte: FERLINI, Vera Lucia Amaral. *O engenho Sergipe do Conde. Bahia, 1622-1653, contar, constatar, questionar*, 1980. Dissertação (Mestrado)–FFLCH/USP, São Paulo, 1980. p. 194. Mimeografado.

<sup>20</sup> Stuart Schwartz chama a atenção em ser esse período de difícil caracterização. Em geral os preços do açúcar parecem não ter sofrido alterações substanciais, mas aumentou significativamente o preço dos escravos. (SCHWARTZ, Stuart. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society (Bahia – 1550-1835)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 163.)

GRÁFICO 4 – Bahia – Preço do açúcar (1620-1634).



Ou seja, nesse curto espaço, a tendência foi a queda relativa dos preços. A comparação com os preços vigentes em Amsterdã, de acordo com os dados de Posthumus, poderia nos dar parâmetros de entendimento.

QUADRO 4 – Amsterdã (1620-1634) – Preço do açúcar branco do Brasil.

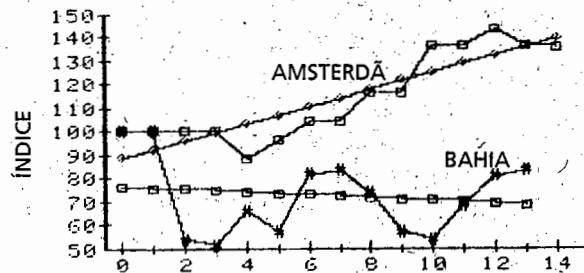
Safra	Florim/L	Índice	Safra	Florim/O	Índice
1620	0,49	100	1628	0,57	116
1621	0,49	100	1629	0,57	116
1622	0,49	100	1630	0,67	136
1623	0,49	100	1631	0,67	136
1624	0,43	88	1632	0,70	143
1625	0,47	96	1633	0,67	136
1626	0,51	104	1634	0,66	135
1627	0,51	104			

Fonte: POSTHMUS, N. W. *Inquiry into the History of Prices in Holland*. Leiden: E. J. Brill, 1946. v. I. p. 122.

No mercado europeu, portanto, os preços continuaram em alta, o que é explicável, se levarmos em consideração haver diminuído o abastecimento de açúcar naquela praça, devido aos problemas das invasões holandesas no Brasil. Esses mesmos fatores (dificuldades de transporte, diminuição das compras na

colônia) foram responsáveis pela queda dos preços na Bahia, acumulando-se o açúcar nos trapiches à espera de compradores. Entre 1623 e 1638, os holandeses apresaram 547 navios carregados de açúcar do Brasil, perdendo ainda Portugal fontes de ouro da "África e os tratos de escravos da Guiné".<sup>21</sup> A situação de instabilidade do transporte foi elemento fundamental para a queda dos preços coloniais, sucedendo-se as reclamações dos colonos.<sup>22</sup> A situação pode ser observada no Gráfico 5.

GRÁFICO 5 – Açúcar – Bahia/Amsterdã (1620-1634).



Por essa época, o encarecimento constante dos escravos agravou ainda mais a situação dos produtores de açúcar, deteriorando-se o poder de troca colonial. Enquanto entre 1620 e 1634 o preço do açúcar branco variava de 955 réis a 791 réis a arroba, o preço médio de escravos ascendia de 27.000 a 42.000. Ou seja, o preço do açúcar tendeu a baixar 17% no período, enquanto o preço da mão-de-obra negra encarecia 55%. Em 1636 era grande o número de execuções dos comerciantes credores contra se-

21 Cf. GODINHO, Vitorino de Magalhães. 1580 e a Restauração. In: \_\_\_\_\_, *Ensaio II*, 2. ed. Lisboa: Sá da-Costa, 1978. 4 v. p. 398-399.

22 Por exemplo, ainda em 1641, os oficiais da Câmara da Bahia queixavam-se das grandes perdas e opressões causadas pela ordem que só lhes permitia navegar em frotas. Cf. *AHU*, Bahia, Papéis Avulsos, 27 de julho de 1641, Catálogo Luíza da Fonseca, 929.

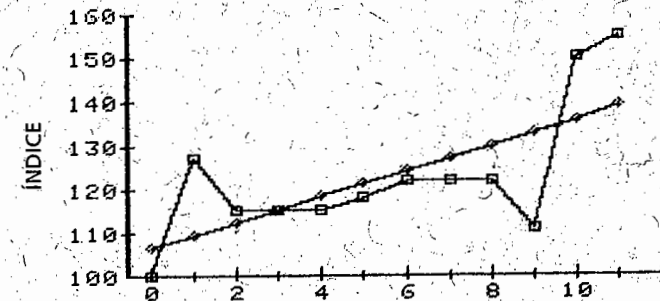
nhores de engenho e lavradores. Aumentaram as reclamações dos colonos, e em 31 de agosto daquele ano baixava-se provisório impedindo a arrematação dos engenhos, sendo permitida a execução apenas sobre seu rendimento.<sup>23</sup>

QUADRO 5 – Bahia (1622-1634) – Preço de escravos.

Safra	Réis	Índice	Safra	Réis	Índice
1622	27000	100	1629	33000	122
1623	34300	127	1630	33000	122
1625	31000	115	1631	33000	122
1626	31000	115	1632	30000	111
1627	31000	115	1633	40600	150
1628	31000	115	1634	42000	155

Fonte: FERLINI, Vera Lucia Amaral. *O engenho Sergipe do Conde, Bahia, 1622-1653, contar, constatar, questionar*. 1980. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/USP, São Paulo, 1980, p. 193. Mimeografado.

GRÁFICO 6 – Bahia – Preço de escravos (1622-1634).



A tendência de alta do açúcar foi retomada, a partir de 1635, mas o preço dos escravos manteve-se sempre, percentualmente, acima dos ganhos do açúcar.<sup>24</sup> A evolução geral dos pre-

23 *Documentos Históricos*. Patentes, provisões e alvarás, "Registro de uma provisão por se não fazerem penhoras nas fazendas por dívidas pequenas", v. 16, p. 389-390.

24 Mircea Buescu anota que enquanto o preço do açúcar subia, entre 1572 e 1651, de 443 réis para 962 réis, variando o índice de 100 para 237,5, os es-

ços de escravos na Bahia, entre 1622 e 1651, pode ser aferida pelos dados do Engenho Sergipe do Conde (ver Quadro 6).

QUADRO 6 – Bahia (1622-1651) – Preço de escravos.

Safra	Réis	Índice	Safra	Réis	Índice	Safra	Réis	Índice
1622	27000	100	1632	30000	111	1642	39400	147
1623	34300	127	1633	40600	150	1643	40800	151
1624	34300	127	1634	42000	155	1644	41000	152
1625	31000	115	1635	39400	147	1645	42000	156
1626	31000	115	1636	39400	147	1646	51600	191
1627	31000	115	1637	39400	147	1647	51600	191
1628	31800	118	1638	39400	147	1648	51600	191
1629	33000	122	1639	39400	147	1649	51600	191
1630	33000	122	1640	39400	147	1650	48800	181
1631	33000	122	1641	39400	147	1651	55000	204

Fonte: FERLINI, Vera Lucia Amaral. *O engenho Sergipe do Conde. Bahia, 1622-1653, contar, constatar, questionar*. 1980. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/USP, São Paulo, 1980. p. 194. Mimeografado.

Comparando-se com a evolução do preço do açúcar branco, no mesmo período, observa-se a situação apresentada no Gráfico 7.

O preço dos escravos subiu em índices superiores ao crescimento do preço do açúcar. E, se a tendência de crescimento manteve-se proporcionalmente igual, ao final do período o preço dos escravos alcançava maiores percentuais de aumento que os do preço do açúcar.

cravos haviam subido de 20 para 55 réis, observando-se alteração do índice de 100 para 275. Tomando-se 1622, como data base, a variação do preço médio do açúcar foi de 456 (1622) para 962 (1651), ou seja, o índice oscilou de 100 para 212,8. No mesmo período o preço do negro variou de 29.000 réis para 55.000 réis, aumentando 89,7%. (*300 anos de Inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973. p. 44). Em nossa pesquisa, a variação do preço médio do açúcar foi de 513 réis (1622) para 1,125 (1625), enquanto o custo do negro subiu de 27.000 para 55.000 réis, representando alteração de 104%. (FERLINI, Vera Lucia Amaral. *O engenho Sergipe do Conde. Bahia, 1622-1653, contar, constatar, questionar*. 1980. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/USP, São Paulo, 1980. Mimeografado. p. 194-223.)

GRÁFICO 7 – Preço – Escravo/açúcar (1622-1651).

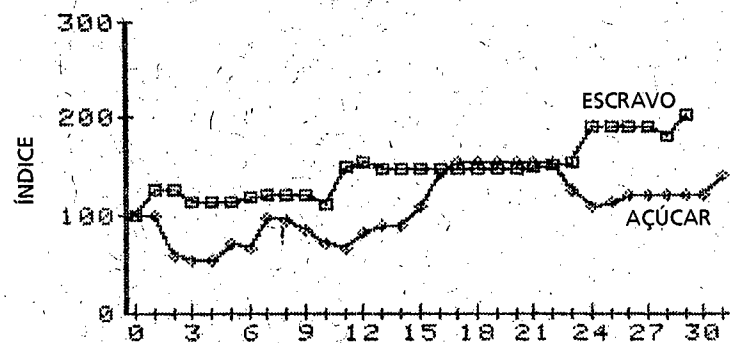
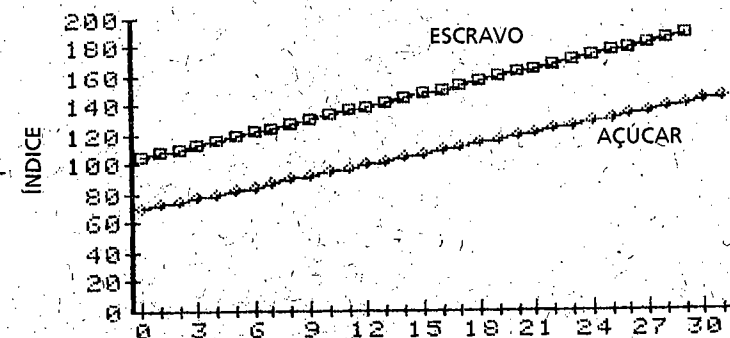


GRÁFICO 8 – Tendência – Escravo/açúcar (1622-1651).



A partir de 1634, os preços do açúcar na Bahia retomaram o ritmo de crescimento, com poucas oscilações até 1650. Esse incremento, porém, devia-se à notável diminuição da produção em Pernambuco, abalada pela resistência aos holandeses.<sup>25</sup>

25 Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no nordeste. 1630-1654*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 155.



A estabilidade dos preços não significava, entretanto, melhoria absoluta para os produtores. A retomada das lutas contra os holandeses levou ao aumento das taxas sobre o produto e os ganhos obtidos nos preços eram drenados pelos tributos, pois as investidas holandesas, também, continuaram no litoral baiano.<sup>26</sup> Em 1646 Itaparica foi tomada, e em 1648 os holandeses saquearam o Recôncavo, queimando 23 engenhos. As medidas defensivas necessárias eram providas pelos produtores baianos, que além da carga fiscal deviam manter às suas expensas pequenas embarcações para a guarda da costa.<sup>27</sup>

O recrudescimento do conflito com os flamengos acarretou substancial prejuízo ao comércio. Entre 1647 e 1648, 130 barcos com açúcar da Bahia foram perdidos.<sup>28</sup> E se os preços aumentavam em Lisboa, na Colônia os resultados eram negativos, e muitos agricultores abandonavam o trato do açúcar.

A necessidade de manter a integridade das mercadorias transportadas, de controlar o comércio colonial e de extrair maiores lucros dos negócios do açúcar levou à instituição de novas medidas de transporte. O resultado foi substancial mudança na natureza do comércio, centralizado agora pelo sistema de comboios.<sup>29</sup>

Sem frota naval de peso, e descapitalizado, Portugal tentou atrair os recursos dos judeus emigrados. O padre Antônio

26 Sobre as taxações de açúcar, consultar MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Tempo de Flamengos*. 2. ed. Recife: Secretaria da Educação e Cultura, 1978.

27 Cf. BOXER, C. R. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: Nacional, 1961. Trad. port. Consultar ainda VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Histórias das lutas com os Holandeses no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cultura, 1945, e WATJEN, Herman. *O domínio colonial holandês no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938. Trad. port.

28 Cf. LAET, Joannes de. *História ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais (1636)*. *ABNRF*, 37/38, p. 199-319, 1919-1920.

29 Cf. BOXER, C. R. *Salvador de São e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1973. p. 168-229.

Vieira articulou a Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil, em cuja organização poderiam participar cidadãos portugueses ou estrangeiros, residentes em Portugal. Dotada de uma série de privilégios, a Companhia comboiaria todos os navios mercantes que viessem ao Brasil ou daqui voltassem, a uma taxa não superior a 10% e seguro não inferior a 25%. O vinho, o azeite, a farinha de trigo e o bacalhau eram gêneros estancados da Companhia.<sup>30</sup>

Os resultados não foram favoráveis. A Inquisição questionou a isenção dada aos judeus. Comerciantes e produtores alegaram não cumprir a Companhia a obrigação contratual e virem as frotas irregularmente ao Brasil. As queixas avolumaram-se e, em 1657, a suspensão do confisco dos capitais judeus foi revogada. No ano seguinte suspendiam-se os estancos da Companhia. A navegação de vinda para o Brasil ficou livre, mas o retorno só era possível em comboio. A perda dos estancos foi provida pelo aumento da taxação do açúcar, agravando ainda mais a situação da exportação. Pouco a pouco, a Companhia passou ao Estado e os interesses comerciais declinaram, juntamente com a rentabilidade dos negócios do açúcar. Persistiu, porém, o regime de frotas, constringendo duramente o comércio colonial ao exclusivo metropolitano.<sup>31</sup>

30 REIS, Arthur César Ferreira. O comércio colonial e as companhias privilegiadas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. t. 2, v. 2, p. 311-339.

31 REIS, Arthur César Ferreira. O comércio colonial e as companhias privilegiadas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. t. 2, v. 2, p. 311-339.

## REGRESSÃO SECULAR

O movimento de regressão secular, notável em alguns mercados europeus desde 1619-1622, começou a atingir a produção açucareira depois de 1650,<sup>32</sup> mas apenas a partir de 1660 arrefeceu a euforia da produção do açúcar do Brasil.

O problema não esteve ligado diretamente à concorrência antilhana, mas à própria reestruturação dos mecanismos de mercado durante o século 17. A produção antilhana incrementava-se e abastecia os mercados metropolitanos mas, durante muito tempo, o açúcar do Brasil, de melhor qualidade, manteria seus consumidores. O que se fez sentir, principalmente a partir de 1670, foi o declínio inexorável dos preços. O fenômeno não afetava apenas o produto brasileiro, e o açúcar antilhano caía na mesma proporção que o do Brasil. No entanto, considerava-se próspera a produção da região.<sup>33</sup> Vista deste ângulo, a crise da economia açucareira não pode ser condicionada, em si, à concorrência dos novos produtores antilhanos. A própria natureza da *plantation* e da comercialização do açúcar, a partir de 1640, tendia à ampliação da produção, que, se não ocorresse nas Antilhas, ocorreria no Brasil.

A queda de preços foi mais notável em Lisboa, o que se explica levando em consideração não poderem os preços coloniais baixar ao ponto de aniquilar a produção. Por outro lado, a

32 Cf. ROMANO, Ruggiero. Tra XVI e XVII Secollo. (Una Crisi Economica: 1619-1622. *Revista Storica Italiana*, Roma, 3, p. 496, 1962.

33 "A concorrência afetava a colocação do açúcar brasileiro no mercado europeu, não sendo porém motivo para crise. Esta se desencadeou quando os preços começaram a cair (...). Comparando-se o preço do açúcar brasileiro e o preço dos açúcares de outras procedências, verifica-se que a baixa foi geral, afetando o produto nas suas várias origens, não sendo fenômeno específico do açúcar brasileiro." PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Nacional, p. 15.

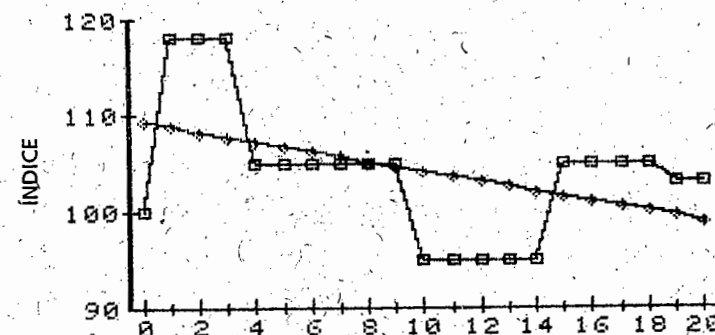
QUADRO 7 – Bahia (1650-1670) – Preço do açúcar branco.

Safra	Réis/ arroba	Índice	Safra	Réis/ arroba	Índice	Safra	Réis/ arroba	Índice
*1650	1376	100	1657	1447	105	1664	1308	95
*1651	1620	118	1658	1447	105	1665	1440	105
1652	1620	118	1659	1447	105	1666	1440	105
1653	1620	118	1660	1308	95	1667	1440	105
1654	1440	105	1661	1308	95	1668	1440	105
1655	1447	105	1662	1308	95	1669	1412	103
1656	1447	105	1663	1308	95	1670	1412	103

Fonte: SCHWARTZ, Stuart, *The Estimated Price of White Sugar at the Mill in Bahia*. In: \_\_\_\_\_, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society (Bahia – 1550-1835)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 499.

(\*) Valores ajustados em 20% sobre o Quadro 2, p. 63, para harmonização dos dados.

GRÁFICO 9 – Bahia – Preço do açúcar (1650-1670).



grande margem de lucro do comércio europeu podia ser reduzida, sem que se apresentassem maiores danos. Senão vejamos. Quando, em 1650, o preço em Lisboa era de 3.500 réis a arroba, o preço na Colônia era de 1.152 réis, ou seja, um terço do metropolitano. Mesmo em 1668, quando o preço em Lisboa, baixa-

ra para 2.400 réis, representando uma queda de cerca de 30%, o preço na Colônia deveria estar por volta de 1.440 réis, ou seja, o preço metropolitano era 70% superior ao colonial.<sup>34</sup>

Entre 1650 e 1660, os preços do açúcar na Colônia mantiveram-se estáveis, mas a produção global sofreu notável declínio,<sup>35</sup> ligado à conjuntura final do movimento de expulsão dos holandeses, mas que refletia, sem dúvida, a diminuição geral da procura do açúcar, em momento crítico da economia mundial.<sup>36</sup> Embora os próprios produtores buscassem compatibilizar o nível de oferta à demanda, a manutenção relativa dos preços não chegava a compensar os esforços de produção, em vista dos altos tributos. Em 1650, os oficiais da Câmara de Salvador enviavam representação a El-Rei, queixando-se das pesadas taxações a que estavam sujeitos e da carestia dos gêneros vindos do Reino, situação agravada nas décadas seguintes pelo decréscimo geral dos preços e pela crise financeira do império.<sup>37</sup> O Erário Régio sentiu imediatamente a diminuição da produção, e em 1656

34 Cf. GODINHO, Vitorino de Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). In: \_\_\_\_\_. *Ensaio II*. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978. 4 v. p. 432.

35 Não temos dados gerais sobre a exportação brasileira no período, mas se tomarmos elementos da produção do Engenho Sergipe do Conde por índice, constatamos que em 1650-1651 o total da produção fora de 10.309,03 arrobas de açúcar, em 1654-1655 a produção caiu para 3.953 arrobas, em 1655-1656 elevou-se a 5.138 arrobas, total em que, praticamente, se estabilizou a produção até 1710. (ANTT, Cartório Jesuíta, Livros de Contas, maço 17, docs. 22, 24, 25, 26, 27, 28 e 29).

36 Cf. BRAUDEL, F.; SPOONER, S. F. Prices in Europe from 1450 to 1750. In: *The Cambridge Cambridge Economic History of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967. v. IV, p. 378-486 (The Economy of expanding Europe in sixteenth and seventeenth centuries).

37 "... grandes donativos e despesas de suas fazendas (...) e se não tratar de atalhar os gastos desnecessários se não poderá continuar maiormente, quando o comércio e trato é menor e da mesma maneira à saída de seus frutos e gêneros neles a respeito da carestia com que são providos e compram o que se lhes é precisamente necessário." *Documentos Históricos*, Cartas Régias, v. 66, p. 13-14.

o Conselho Ultramarino acusava o declínio do valor dos contratos dos dízimos do Brasil, expressando as dificuldades econômicas dos negócios do açúcar.<sup>38</sup>

A nível colonial, acelerou-se a deterioração dos termos de comércio. O peso do monopólio, a irregularidade das frotas somaram-se às novas taxações impostas pela crise geral do Império português, agravada desde a Restauração.<sup>39</sup>

Em 1654, após a expulsão dos holandeses, ainda se calculava a produção brasileira em 1.200.222 arrobas anuais. A maior parte da produção (75%) provinha dos engenhos situados entre o cabo de São Roque e o Recôncavo Baiano. Enquanto esta região supria o fornecimento do mercado europeu, os engenhos da região do Rio de Janeiro especializavam-se na produção de aguardente para o escambo de negros na África.<sup>40</sup> Para manter a produção colonial era indispensável o braço escravo. Desde 1637, porém, tendo os holandeses tomado São Jorge da Mina, Luanda e São Tomé, a dificuldade no abastecimento de mão-de-obra negra afetava o Império, atingindo a produção de açúcar e basicamente o tráfico negreiro português. Nessa situação tornava-se impossível manter o ritmo de venda de dois mil negros em Buenos Aires, de acordo com o *asiento* que Portugal obtivera para as colônias espanholas.<sup>41</sup>

38 Consulta do Conselho Ultramarino sobre os capitães Pedro Marinho de Souto Maior e Pedro Manuel Henriques, contratadores dos dízimos do açúcar. Lisboa, 30 de outubro de 1656. ANTT, Bahia, papéis avulsos, n. 1660.

39 Segundo Vitorino de Magalhães Godinho (1580 e a Restauração). In: \_\_\_\_\_. *Ensaio II*. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978. 4 v. p. 415-416), 1661 foi o ponto infimo do poder português, obrigado a assinar o desastroso tratado de paz com a Holanda.

40 Cf. GODINHO, Vitorino de Magalhães. Portugal and her Empire. In: *The New Cambridge Modern History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1961. v. V, p. 385.

41 Cf. GODINHO, Vitorino de Magalhães. Portugal and her Empire. In: *The New Cambridge Modern History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1961. v. V, p. 368.

Para Portugal era fundamental a obtenção, através desse negócio, dos reais de prata. Mas além da perda do controle do tráfico negreiro, outro elemento influía negativamente na estabilidade da moeda portuguesa: o rompimento das relações com a Espanha.<sup>42</sup> Frédéric Mauro mostrou que, entre 1640 e 1670, a moeda portuguesa desestabilizou-se e foram frequentes as recunhagens.<sup>43</sup>

Além do tráfico negreiro, a afluência da prata para o domínio português fazia-se de várias maneiras, principalmente no comércio colonial. A região do Rio da Prata, durante a União Ibérica, constituiu-se em importante elemento de transações portuguesas. Para lá se exportavam manufaturados trazidos da Europa, escravos, tabaco, produtos alimentícios e, em retorno, se obtinham couros e prata.<sup>44</sup> Mesmo a criação da Alfândega Seca de Córdoba em 1623, proibindo a saída de prata da região, não estancou esse comércio e só serviu para incrementar o contrabando.<sup>45</sup> Não podemos esquecer que a Restauração representou, também, novos gastos para Portugal: despesas de reinstalação do Estado português e do portentoso aparato bélico, mantido até 1668.

Imediatamente após 1640, a situação de Portugal parecia equilibrar-se, mas problemas gerados nessa época levaram ao

42. Cf. GODINHO, Vitorino de Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro, 1670-1770. *Revista de história*, São Paulo, 15, 1953, p. 430.

43. Cf. MAURO, Frédéric. *Le Portugal, Le Brésil et L'Atlantique au XVII<sup>e</sup> Siècle (1570-1610)*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1983, p. 479-503.

44. Ver CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: USP, 1944. Mimeografado.

45. "Para barrar este desvio de metal precioso através da região platina, em 1623 foi instalada a alfândega seca de Córdoba (...) Estas medidas proibitivas tiveram como efeito o incremento do contrabando (...) desenvolveu-se continuamente..." PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estados da economia atlântica no século XVIII*. p. 7.

aprofundamento da crise na colônia já na década de 1660. Com a Restauração, Portugal e Holanda deveriam manter a paz, tal como estabelecido em 1641 pela Trégua dos Dez Anos. Para agüentar a longa guerra com a Espanha, Portugal necessitava da Holanda. Esta era grande compradora do sal de Setúbal (dos principais produtos de exportação de Portugal), além de fornecer mastros, aprestos náuticos e trigo para Portugal.<sup>46</sup> A trégua, porém, fora contraditória, pois no ultramar as guerras continuaram. E enquanto a Holanda conseguia vitórias no Oriente, Portugal retomava suas praças negreiras na África, selando o destino do Brasil holandês, para quem estava perdido o fornecimento de mão-de-obra. A contradição não existia apenas no confronto colonial. Na própria Holanda os antagonismos entre os mercadores de sal e de lã e a burguesia da Companhia das Índias Ocidentais fizeram pender a balança para os primeiros e o poder instituído desinteressou-se da posse da pernambucana.<sup>47</sup>

A política externa portuguesa foi desastrosa, e a perda para a Holanda da colônia nordestina rompeu a trégua, colocando Portugal na dependência da Inglaterra. Novos antagonismos com os holandeses. O resultado foi o trágico tratado de 1661. Para reconhecer a perda do direito sobre Pernambuco, os holandeses exigiram 4 milhões de cruzados a pagar com o sal de Setúbal e liberdade de comércio no Império português, como já acordado com os ingleses.<sup>48</sup>

O peso da tributação atingiu violentamente os produtores a partir de 1660. Em 1662, uma consulta do Conselho Ultra-

46. Cf. GODINHO, Vitorino de Magalhães. 1580 e a Restauração. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio* II. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978. 4 v. p. 413.

47. Cf. GODINHO, Vitorino de Magalhães. 1580 e a Restauração. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio* II. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978. 4 v. p. 414.

48. Cf. GODINHO, Vitorino de Magalhães. 1580 e a Restauração. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio* II. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978. 4 v. p. 416.

marino revelava o "miserável estado em que se acham aqueles povos pela razão das guerras seguidas e sustento dos presídios, que se tem tomado para poderem contribuir com os donativos", referindo-se a Pernambuco. Os colônos não conseguiam, "por maiores diligências que se façam", satisfazer pontualmente o fisco português.<sup>49</sup> Na região ainda se faziam sentir as pressões dos antigos proprietários holandeses, a respeito dos bens deixados no Brasil, e muitas demandas dos flamengos haviam recebido parecer favorável em Lisboa, sendo os proprietários pernambucanos obrigados a pagar as indenizações. Ironicamente, os pernambucanos pagavam pela saída dos holandeses.<sup>50</sup>

Por outro lado, diminuía a frequência das frotas e em 1661 reclamava o Senado da Bahia "sobre o comboio e preços de todos os gêneros dele (...) porque Senhor, a causa principal do negócio do Reino estar tão impossibilitado como está a respeito dos que navegam o açúcar dele, são os direitos em comboio com que está sobrecarregado porque os preços por que nesta praça se vendeu as safras passadas foram limitados com conhecida perda dos que lavram e com tudo receberam perda os que navegaram e o que tem diminuído este Estado é os cabedais dos mercadores dele é a falta de navegação de que tem sido causa a Companhia Geral por haver faltado com os comboios que prometeu"<sup>51</sup>

Entre 1660 e 1670 a queda dos preços do açúcar foi geral, como observamos nos dados de Posthumus.<sup>52</sup> Os comerciantes portugueses desinteressavam-se dos negócios coloniais, o que se

49 Cf. A.H.U., Pernambuco, Códice 16, consulta mista, 1662.

50 Cf. GUERRA, Flávio. *Nordeste: um século de silêncio (1654-1755)*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1984. p. 57.

51 Cartas do Senado à Sua Majestade, v. 1, 28.2.1601, p. 72-73.

52 POSTHUMUS, N. W. *Inquiry into the History of Prices in Holland*. Leiden: E. J. Brill, 1946. p. 122-123.

revelava pela inconstância das frotas.<sup>53</sup> Na Bahia, além disso, problemas climáticos e epidemias contribuía para agravar a degradação do quadro econômico.<sup>54</sup> Sobre o ano de 1666, quando ocorreram surtos de varíola e alterações climáticas, escrevia Rocha Pita: "No mesmo anno e no seguinte de mil seiscentos e sessenta e seis, experimentou o Brasil huma das mayores calamidades que padecera desde o seu descobrimento, e conquistas, precedendo hum horroroso cometa que por muitas noites tenebrosas ateado em vapores densos ardeo com infausta luz sobre nossa America"<sup>55</sup>

QUADRO 8 – Bahia (1669-1690) – Preço do açúcar branco.

Safra	Réis/ arroba	Índice	Safra	Réis/ arroba	Índice	Safra	Réis/ arroba	Índice
1669	1.412	100	1676	1.001	71	1684	1.109	78
1670	1.412	100	1678	1.085	77	1685	1.109	78
1671	1.412	100	1679	1.080	76	1686	1.109	78
1672	1.412	100	1680	1.109	78	1687	1.109	78
1673	1.412	100	1681	1.109	78	1688	918	65
1674	1.412	100	1682	1.109	78	1689	778	55
1675	1.220	86	1683	1.109	78	1690	778	55

Fonte: SCHWARTZ, Stuart. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society (Bahia – 1550-1835)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 499.

O ponto mais crítico, porém, da lavoura açucareira situou-se entre 1670 e 1690: Tomando-se o preço do açúcar bran-

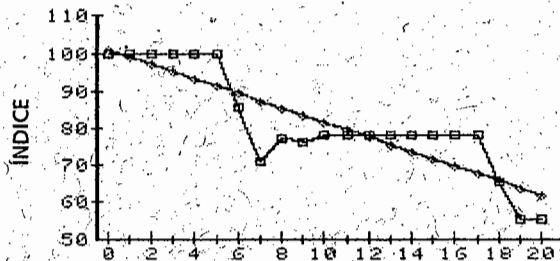
53 Em 1668, prometia-se grande safra na Bahia, e o governador do Brasil, Alexandre de Sousa Freire, escrevia pedindo mais navios para o carregamento. Bahia, 9 de setembro de 1668 (A. H. U., Bahia, Caixas avulsas, n. 2.278).

54 Uma Carta Régia de 1666 assinalava a diminuição da produção, devido "as grandes esterilidades e perdas que houve nas fábricas dos engenhos" (Cf. *Documentos Históricos*, v. 4, p. 146). Em 19 de dezembro de 1667, o governador escrevia ao rei, comunicando atraso no labor dos engenhos (A. H. U., Bahia, Caixas avulsas, n. 2.253).

55 PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa (1730)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

co em 1669 como índice 100, a partir de 1674 os preços deterioraram-se rapidamente, atingindo índice 55 em 1690, ou seja em 15 anos, uma queda de 45%.

GRÁFICO 10 – Bahia – Preço do açúcar (1669-1690):



A baixa dos preços do açúcar gerava problemas monetários mais graves na Colônia. Ficando o saldo comercial desfavorável para os produtores, os comerciantes exigiam pagamentos em moeda, o que tornava o numerário mais escasso.<sup>56</sup> E, se os produtos coloniais não baixavam na mesma proporção que no mercado europeu, para manter os lucros, os mercadores aumentavam os preços dos produtos que do Reino traziam.

A queda do preço dos produtos em geral, e do açúcar em particular, após 1670, refletia, em parte, a retração do mercado europeu. O declínio da demanda, aliado à oferta alargada, gerava sem dúvida nenhuma a diminuição de preços e da produção açucareira.<sup>57</sup> O açúcar, que em Lisboa custava 3.500 réis a arroba em

56 Cf. PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1979. p. 40.

57 Cf. GODINHO, Vitorino M. Portugal e as frotas do açúcar e do ouro, 1670-1770. *Revista de História*, São Paulo, 15, p. 432, 1953. "E é cerca de 1670 que esta falta começa a fazer sentir em Lisboa. As exigências acumulavam-se nos armazéns, os produtos não se vendem; vende-se por preço inferior ao do custo; e não só isso mas também a queda dos preços, porque a oferta aumenta muito mais que a procura".

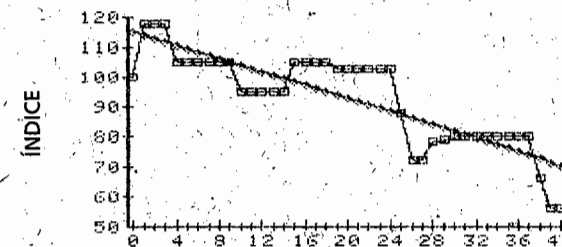
1650, baixou para 2.400 réis em 1668 e 1.300 réis em 1688, conforme os dados de Godinho. No caso do Brasil, embora existissem flutuações, a tendência de baixa foi menos acentuada que no mercado europeu. Pode-se comparar a evolução dos preços na Bahia e em Amsterdã, entre 1650 e 1690, no Quadro 9 e no Gráfico 11.

QUADRO 9 – Bahia (1650-1690) – Preço do açúcar branco.

Safra	Réis/arroba	Índice	Safra	Réis/arroba	Índice	Safra	Réis/arroba	Índice
1650	1.376	100	1664	1.308	95	1678	1.080	78
1651	1.620	118	1665	1.440	105	1679	1.085	79
1652	1.620	118	1666	1.440	105	1680	1.109	80
1653	1.620	118	1667	1.440	105	1681	1.109	80
1654	1.440	105	1668	1.440	105	1682	1.109	80
1655	1.447	105	1669	1.412	103	1683	1.109	80
1656	1.447	105	1670	1.412	103	1684	1.109	80
1657	1.447	105	1671	1.412	103	1685	1.109	80
1658	1.447	105	1672	1.412	103	1686	1.109	80
1659	1.447	105	1673	1.412	103	1687	1.109	80
1660	1.308	95	1674	1.412	103	1688	918	66
1661	1.308	95	1675	1.220	88	1689	778	56
1662	1.308	95	1676	1.001	72	1690	778	56
1663	1.308	95	1677	1.001	72			

Fonte: SCHWARTZ, Stuart. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society (Bahia – 1550-1835)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 499.

GRÁFICO 11 – Bahia – Preço do açúcar (1650-1690).



Podemos observar que os preços europeus, tendencialmente, declinaram da média-índice 100 para 20, nesses quarenta anos, enquanto na Bahia o declínio foi de 100 para 70, no mesmo período.

QUADRO 10 – Amsterdã (1650-1690) – Preço do açúcar branco.

Safra	Florim	Índice	Safra	Florim	Índice	Safra	Réis/ arroba	Índice
1650	0,67	100	1664	0,39	58	1678	0,27	40
1651	0,73	109	1665	0,40	59	1679	0,29	43
1652	0,69	103	1666	0,40	59	1680	0,28	48
1653	0,66	98	1667	0,40	59	1681	0,28	48
1654	0,69	103	1668	0,40	59	1682	0,27	40
1655	0,69	103	1669	0,35	52	1683	0,25	37
1656	0,69	103	1670	0,35	52	1684	0,25	37
1657	0,69	103	1671	0,29	43	1685	0,25	37
1658	0,69	103	1672	0,28	42	1686	0,26	34
1659	0,69	103	1673	0,28	42	1687	0,26	34
1660	0,69	103	1674	0,28	42	1688	0,26	34
1661	0,69	103	1675	0,28	42	1689	0,24	36
1662	0,69	103	1676	0,28	42	1690	0,24	36
1663	0,69	103	1677	0,27	40			

Fonte: POSTHMUS, N. W. *Inquiry into the History of Prices in Holland*. Leiden: E. J. Brill, 1946. v. 1. p. 122-123.

GRÁFICO 12 – Amsterdã – Preço do açúcar (1650-1690).

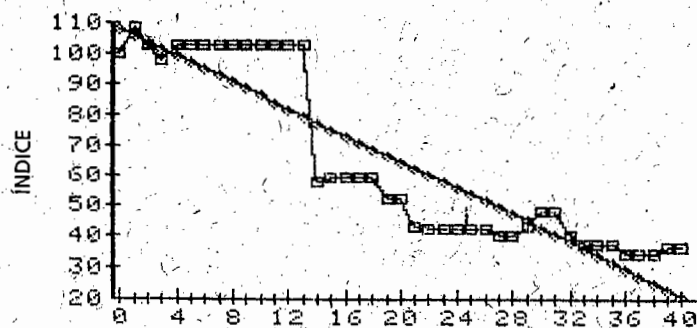
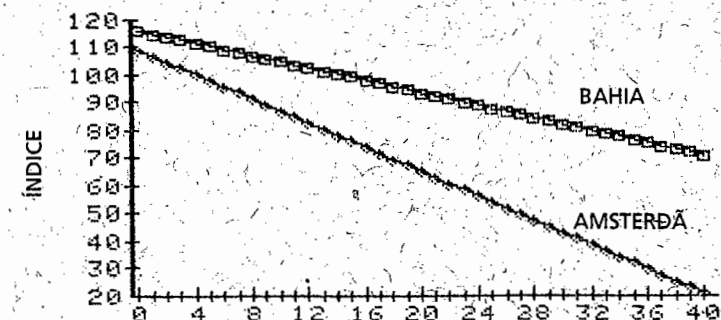


GRÁFICO 13 – Tendência – Preço do açúcar (1650-1690).



Tal situação nos leva a indagar das relações entre senhores e comerciantes, nessa época, uma vez que os ganhos de monopólio do açúcar não eram tão altos como em períodos anteriores. Reflexo imediato dessa situação foi, sem dúvida, o arrocho da cobrança das dívidas dos produtores. Em 1674, uma Carta do Senado da Câmara da Bahia dava conta da situação de endividamento dos produtores, arrastados todos de execuções da justiça pelo fornecimento.<sup>58</sup> Um outro documento, no mesmo ano, revela os “notórios empenhos em que estão todos pela pouca estimação de seus frutos...”<sup>59</sup>

No ano seguinte, queixavam-se os produtores da “desestimação em que está o açúcar que ninguém compra, nem no Reino se quer, antes todo o negócio delle ordenou a seus comissários que nenhum lhes mandasse”<sup>60</sup>

O ritmo das froças também decaiu, gerando acúmulo de caixas nos trapiches e desaceleração da produção. Em 1673, os

<sup>58</sup> Arquivo Histórico da Prefeitura de Salvador (APS), Cartas do Senado, livro 118, armário 62, fls. 174.

<sup>59</sup> APS, Cartas do Senado, livro 118, armário 62, fl. 162.

<sup>60</sup> APS, Cartas do Senado, livro 118, armário 62, fl. 193.

açúcares da Bahia estavam encalhados e as notícias eram de que a frota não viria. Resolveu-se então embarcar os açúcares nos cinco ou seis navios que faziam a defesa da costa, instando a mesa da Fazenda para que comerciantes responsabilizassem-se pela carga, passando letras ao Reino.<sup>61</sup>

Os escravos escasseavam na Colônia e o tráfico com a região de Angola demonstrava esgotamento. Os preços das peças, em função da concorrência antilhana, tendiam à elevação e os negros trazidos de Angola pareciam mais suscetíveis às epidemias de varíola.<sup>62</sup> A escravaria baiana era periodicamente atacada por tais surtos. Em 1681, concedendo novas isenções, a Carta Régia de 3 de novembro lembrava o "miserável estado em que se achavam os moradores daquela Cidade e seu Recôncavo com o limitado rendimento de sus frutos e pouco valor delês e estrago que as bexigas fizerão este ano..."<sup>63</sup> Em 1683, o Senado de Salvador comunicava a Sua Majestade que "os tempos cada vez vão sendo mais miseráveis, além da grande perda que houve com as bexigas nas escravarias que he a fabrica de todos os frutos deste Estado, pela inclemência do tempo na safra passada houve pouco açúcar e nesta menos porque não tem chegado a 10.000 caixas. E a fome de novembro até o presente tem sido grande... com que está a capitania muito extenuada e os credores sempre tratando de cobrar por execuções"<sup>64</sup>

A década de 1680 representou, para Portugal e suas colônias, o ponto mais baixo da depressão econômica. Somavam-se,

61 "Assento da Mesa da Fazenda de 6 de março de 1673", *Documentos Históricos*, 64, p. 159 et seq.

62 Cf. VERGER, Pierre. *Flux et Reflux de la Traite des Nègres entre le Golfe de Bénim et Bahia de Todos os Santos, du XVII<sup>e</sup> au XIX<sup>e</sup> Siècle*. Paris: Mouton, 1968. p. 67.

63 Carta Régia de 3 de novembro de 1681, *Documentos Históricos*, 32, p. 369-370, 1936.

64 APS, Cartas do Senado, livro 118, armário 62, fl. 362 verso.

à época, o estancamento do crescimento da população mundial, a escassez e a rarefação do numerário. Em Portugal, tentavam-se medidas de incremento industrial.<sup>65</sup> Na Colônia incentivava-se a busca de metais preciosos.<sup>66</sup> E mesmo a produção de tabaco que se procurava incrementar para o resgate de negros passava por problemas.<sup>67</sup>

Os resultados da crise geral do século 17 implicaram reformulação do comércio colonial. O açúcar passava do mercado de monopólio para o de concorrência, como demonstrava a ampliação da produção com o incremento antilhano. E a antiga prática monopolista, voltada para o controle da produção visando alta de preços, tendia a ser substituída pelo incremento da produção, de forma a facilitar a exportação de produtos europeus.<sup>68</sup> Aqui a raiz da crise aprofundada da economia açucareira no Brasil, após 1660.

A política comercial portuguesa mantinha-se atrelada ao velho comércio, diminuindo a frequência das frotas para o Bra-

65 Vitorino de Magalhães Godinho, chamando a atenção sobre a crise geral que se abate sobre o Império nesse período, ressalta a importância da política "colbertiana", influenciada pelos escritos de Duarte Ribeiro Macedo ("Introdução das Artes e Ofícios no Reino"), desenvolvida pelo conde de Ericeira. (Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro, 1670-1770. *Revista de História*, São Paulo, 15, p. 433-436, 1953.).

66 Tomando as tentativas de reerguimento da economia portuguesa na época de D. Pedro II, Mario Rodriguez observa: While the reform program was taking shape, the portuguese also encourage the search for mineral wealth in the Brazilian hinterland. *Hispanic American Historical Review*, v. 38, n. 2, p. 180-207, may 1958.

67 Em 1674 o contrato do tabaco foi arrematado por 66.000 cruzados e já, a partir de 1675, atingira média de 500.000 cruzados anuais (CASTRO, Armando de. *Verbete Tabaco*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963. 4 v.). Ver também, VERGER, Pierre. *Flux et Reflux de la Traite de Nègres entre le Golfe de Bénim et Bahia de Todos os Santos du XVII<sup>e</sup> Siècle*. Paris: Mouton, 1968. p. 67-72.

68 Cf. HOBBSBAWM, Eric J. La Crisis del Siglo XVII. In: \_\_\_\_\_. *En Torno a los origenes de la Revolución Industrial*. México: Siglo XXI, 1971. p. 19-21.



sil, na esperança de, pela escassez, obter mais lucros. Manter o Império era custoso, especialmente naquele momento, daí a necessidade de novas taxações. Estas oneravam de tal forma os custos do açúcar, que para os colonos era impossível comprar os produtos do Reino e, para Portugal, não havia condições de harmonizar-se à dinâmica do consumo. Enleava-se a Coroa em política contraditória de novos gravames, alternados às constantes isenções aos colonos, perpetuando-se o Estado em fiscal arbitrário e os produtores em pedintes choramingas, eternamente dependentes dos favores reais.

Viegas, em 1687, analisava com notável acuidade:

excesso do preço a que chegou em Portugal, pelos anos de 44 até os de 54 (...) por esta ganância a que atenderam os do Conselho do Senhor Rei D. João, e pela necessidade da guerra, que existia se acrescentaram então muitos os direitos deste, negócio (...) Finalmente, se o reparo de que não caia de todo o comércio do reino pelos frutos do Brasil, em cujo labor está também o de Angola (...) aliviasse o açúcar dos que lhe carregaram no tempo em que tinha preço grande (...) Mas já ouço a dificuldade de usar de tal remédio, quando se acha não bastão todos aqueles rendimentos para as despesas e obrigações da Coroa e Estado Real. Digo que se o perigo de que hão de faltar os mesmos rendimentos e também os preços está mui iminente para cair já tem caído e arruinado o comércio. Algum remédio se lhe deve opor, e este pretende S. Majestade eu lhe não seja outro mais certo, pelo qual não fica destituído todo o interesse que Sua Majestade tem de presente nos direitos e impostos do açúcar e tabaco e seu estanco; e as drogas do Brasil aliviadas terão alguma melhora e conta de ganância, para continuar-se o comércio delas nos naturais e estrangeiros, terá Sua Majestade vassallos que possam servi-lo nas necessidades.<sup>69</sup>

69 João Peixoto Viegas, "Parecer e tratado feito sobre os excessivos impostos que caíram sobre as lavouras do Brasil arruinando o comércio deste", *ABNRJ*, 20, p. 213-216, 1898.

